

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Maria da Conceição P. Ramos

Faculdade de Economia (FEP), Universidade do Porto
cramos@fep.up.pt

Olívio Patrício

Instituto Superior de Agronomia (ISA), Universidade de Lisboa
opatricio@isa.ulisboa.pt

Resumo

O desenvolvimento sustentável assume importância crescente na promoção de inovadoras respostas económicas e sociais e de um novo diálogo entre a economia e a sociedade e a sociedade e o planeta. Segundo a “Estratégia Europeia 2020”, a União Europeia deve estabelecer três prioridades que se reforçam mutuamente: o crescimento inteligente, mediante uma economia baseada no conhecimento e na inovação, melhorando a qualidade e a eficiência da educação e formação; o crescimento sustentável, através de uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, ou seja, mais ecológica; e o crescimento inclusivo, fomentando uma economia com níveis elevados de emprego que assegure coesão social e territorial e promova a equidade na distribuição dos recursos e serviços, bem como a cidadania ativa. O despovoamento das regiões periféricas e o desinvestimento territorial destes espaços põem em causa o seu desenvolvimento sustentável nas dimensões económica, social, cultural e ambiental. Para implementar o desenvolvimento local sustentável, há que satisfazer necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida, economia e emprego, inclusão social e administração democrática territorial, que evite o êxodo das populações, e repensar as políticas públicas de desenvolvimento e a intervenção do poder local. A economia social, o meio ambiente, a diversidade cultural, o desenvolvimento local, a governação, a eficiência, a inovação e a justiça social são componentes do desenvolvimento sustentável. Os impactos ambientais são uma preocupação central ao nível europeu e mundial, assumindo particular importância nos meios urbanos. A adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável suscita a consideração das relações entre educação, ambiente e responsabilidade social. Há que fomentar um crescimento sustentado centrado na economia “verde”, no emprego, na qualidade do trabalho e do ambiente, que promova a coesão social, económica e territorial. Um desenvolvimento sustentável e duradouro implica repensar as políticas e estratégias que contemplem as peculiaridades e singularidades territoriais e cumprir as agendas nacionais e europeias que adotam o modelo de sustentabilidade económica, social e ambiental.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; coesão económica, social e territorial; educação, ambiente e responsabilidade social; turismo sustentável.

Abstract

Sustainable development is assuming a growing importance in the promotion of innovative economic and social responses and of a new dialogue between economy and society, society and the globe. According to the "Europe 2020 Strategy" the European Union must establish three mutually reinforcing priorities: intelligent growth, by means of an economy based on knowledge and innovation, by improving the quality and efficiency of education and training; sustainable growth, through a more efficient economy in terms of the use of resources, that is, more ecological; inclusive growth, by fomenting an economy with high employment levels that may assure social and territorial cohesion, promote equity in the distribution of resources and services and active citizenship. The depopulation of peripheral regions and the territorial divestment from such spaces undermines their sustainable development in what comes to the economic, social, cultural and environmental dimensions. In order to implement local sustainable development, every guarantee must be given to ensure basic needs and improve the quality of life, economy and employment, social inclusion and democratic territorial administration which may prevent population exodus; and to rethink public developmental policies and the intervention by local tiers. Social economy, the environment, cultural diversity, local development, governance, efficiency, innovation and social justice are pillars of sustainable development. Environmental impacts are a central concern in Europe and world-wide and bears particular importance in urban areas. The adoption of sustainable development and sustainable tourism strategies raises the need to consider the connections between education, environment and social responsibility. Sustained growth centered on the "green" economy, on employment, on the quality of work and the environment, one that promotes social, economic and territorial cohesion must be encouraged. Sustainable and lasting development implies rethinking policies and strategies that encompass the territorial peculiarities and singularities and also to deliver national and European agendas that adopt the economic, social and environmental sustainability model.

Keywords: sustainable development; economic, social and territorial cohesion; education, environment and social responsibility; sustainable tourism.

1. Crise do ambiente, desenvolvimento sustentável, consciência ambiental

É através da identificação de novos problemas, tais como os ambientais e os interculturais, a nova pobreza e exclusão social e a crescente desigualdade mundial, que o desenvolvimento sustentável tem vindo a assumir maior importância na promoção da procura de novas e inovadoras respostas económicas e sociais e de um novo diálogo entre a economia e a sociedade, entre a sociedade e o planeta.

Gerir para a sustentabilidade é cada vez mais um imperativo de competitividade e tornou-se uma preocupação a nível mundial. O desenvolvimento sustentável, local e global, integra preocupações ambientais, económicas, sociais, políticas e culturais, por isso falamos de diferentes pilares da sustentabilidade (Sachs, 2004; Ramos, 2012b,c). O conceito de “desenvolvimento sustentável”, proposto no relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, conhecido por *Relatório Brundtland* (WCED, 1987), considera que o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, contribuiu para a divulgação internacional das preocupações de “desenvolvimento sustentável” e a sua difusão nas políticas públicas, no tecido produtivo e na gestão empresarial.

O documento emanado da Conferência Mundial das Nações Unidas, em 2005, juntou ao conceito desenvolvido neste relatório o reforço de três pilares do desenvolvimento sustentável (económico, social e ambiental), tendo subjacente a necessidade crucial de conciliar o desenvolvimento socioeconómico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. “Sustentabilidade” significa respeitar os limites impostos à economia pela capacidade dos ecossistemas, quando a crise ambiental e climática marca a era atual. Para Leff (2001), os princípios da sustentabilidade surgem no contexto da globalização como marco de um limite que reorienta o processo civilizacional da humanidade. Assim, podemos qualificar de sustentável

[...] todo o processo de transformação humana ou material que garante reprodução, sobrevivência e melhor qualidade de vida num horizonte temporal longo, pelo que também a economia terá que ser sustentável, sendo o social um dos seus atributos intrínsecos, de modo a gerir, permanentemente, a inclusão. (Ramos, 2012b: 28-29)

Forman (1995: 483) condensou a definição ao enunciar o “ambiente sustentável” como uma área na qual a integridade ecológica e as necessidades humanas básicas são concomitantemente mantidas através das gerações. O cumprimento das definições de desenvolvimento sustentável atrás enunciadas exige a realização simultânea de três condições:

- Promoção da equidade intra e intergeracional na distribuição dos recursos e serviços;
- Satisfação das necessidades básicas dos seres humanos numa progressiva melhoria dos seus padrões de vida;
- Manutenção da integridade dos sistemas biofísicos.

O desenvolvimento sustentável pressupõe a igualdade de oportunidades económico-sociais e ecológicas entre a geração corrente e as gerações futuras. Também o Programa das Nações Unidas (PNUD, 2011) insiste nas questões da sustentabilidade e equidade.

Sachs (2004) ampliou o conceito de “sustentabilidade” envolvendo-o em diferentes dimensões interligadas entre si (social, ambiental, económica, espacial ou territorial, cultural e política). Este autor assinala aspetos imprescindíveis para o desenvolvimento “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado”: a ênfase no mercado interno, estimulando o emprego em setores com baixo conteúdo de importações visando o desenvolvimento endógeno; e a promoção de emprego *decente* e/ou autoemprego para todos, de forma a assegurar a sustentabilidade social e o crescimento económico. Com este objetivo, são apontadas algumas políticas: incentivo ao emprego em atividades de conservação de energia e de recurso à reciclagem de materiais; consolidação da agricultura familiar; estímulo do desenvolvimento rural e da pluriatividade, etc. Também o movimento ambientalista exerceu, e exerce, importante influência, tanto na construção quanto na difusão de concepções de sustentabilidade (Martinez-Alier, 2007). A economia ecológica introduziu novos indicadores e índices de sustentabilidade (Daly & Farley, 2004), constituindo um desafio do século XXI apresentar novos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade capazes de melhorar a qualidade de vida e o desempenho económico (Veiga, 2005).

A “Estratégia Europeia 2020” (Comissão Europeia, 2010) reconhece que a União Europeia deve estabelecer três prioridades que se reforçam mutuamente:

- O *crescimento inteligente*, mediante o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, melhorando a qualidade e a eficiência da educação e da formação;
- O *crescimento sustentável*, através da promoção de uma economia mais eficiente na utilização dos recursos, isto é, mais ecológica, permitindo reduzir os impactos ambientais;
- O *crescimento inclusivo*, fomentando uma economia com níveis elevados de emprego, que assegure coesão social e territorial, promova a equidade na distribuição dos recursos e serviços e a cidadania ativa.

2. Território, desenvolvimento local sustentável e coesão económica e social

O território assume-se, efetivamente, como variável de desenvolvimento económico e social, e tal facto surge refletido nas políticas europeias de coesão e nas preocupações do Livro Verde sobre a *Coesão Territorial Europeia* (Comissão Europeia, 2008), assim como na

aposta explícita das entidades governamentais portuguesas e europeias em valorizar o território e o desenvolvimento sustentável (Mota, 2005; União Europeia, 2010). A revitalização das economias e sistemas produtivos locais decorre das consequências da globalização na organização económica (Reis, 1988).

Existem fatores de dimensão institucional importantes no processo de desenvolvimento:

- O território e o poder local, força articuladora de políticas de desenvolvimento;
- A participação da sociedade, protagonista do planeamento, implementação e avaliação das ações de desenvolvimento;
- A relevância das parcerias público-privado para a concretização das iniciativas de desenvolvimento.

Ao território associa-se a necessidade de mobilizar recursos, competências, responsabilidades, processos participativos e parcerias ativas locais para o desenvolvimento social, centrando-se as políticas sociais “na territorialidade de medidas, na negociação de direitos e objetivos com os atores sociais” (Ramos, 2013: 331).

Abordando a problemática dos recursos e competências dos territórios, Cadima Ribeiro (2007) refere os vetores estratégicos de viabilização do desenvolvimento de uma região: massa crítica; projeto e estratégia; inovação e criatividade; coordenação e cooperação; parceria; ordenamento urbano; liderança.

A coesão territorial corresponde à valorização da articulação entre políticas setoriais e regionais. As desigualdades territoriais são um dos pilares-base da “desigualdade” pela importância que ganham quando falamos de níveis de vida consonantes com aqueles que são praticados, em média, pelo restante território de referência. O conceito de “coesão territorial” provém da combinação entre competitividade e coesão económica e social, sendo atribuída ao território a capacidade de desenvolver processos que conduzam a economia à referida competitividade e coesão. Entende-se, assim, que uma economia competitiva comporta um nível elevado de eficiência traduzido na capacidade efetiva de criação de emprego e de remuneração dos fatores produtivos, isto é, na capacidade de melhorar, de forma sustentada, o nível médio da população.

O conceito de “coesão económica e social” está associado, na coesão económica, a uma relativa homogeneidade da riqueza criada nas diferentes atividades, enquanto na coesão social corresponde a um acesso equilibrado da população aos resultados do progresso económico. A coesão territorial pretende transformar as especificidades e diferenças de cada território em vantagens competitivas. Investir e inovar na competitividade das regiões é importante para melhorar a qualidade dos territórios e a vida das populações (Lopes, 2001).

É necessário reforçar as condições de desenvolvimento local e setorial, com impacto significativo nas capacidades de crescimento sustentado das comunidades e no reforço do tecido económico e social envolvente. “Não podemos falar de desenvolvimento local que não seja desenvolvimento social, integrado, sustentável, já que ele apela a conceitos como o de inclusão, participação, coesão, competitividade e solidariedade” (Ramos, 2012a: 74). O desenvolvimento é um processo que engloba todas as dimensões da vida de uma coletividade, das suas relações sociais e do seu tecido social, apelando ao exercício de uma cidadania ativa. A noção de “desenvolvimento” é indissociável da de “*empowerment*” político e social (Friedmann, 1996).

Como afirma Lopes (1999: 56), “[...] não há desenvolvimento que não seja desenvolvimento local [...]”. A noção de *desenvolvimento local* está relacionada com a componente endógena dos processos de desenvolvimento, a diversificação das atividades económicas e sociais e a conservação da paisagem cultural e natural, fundamentais para o desenvolvimento local sustentável dos territórios (Greffé, 2002; Zurindeau, 2010). O desenvolvimento endógeno reforça a importância dos aspetos económicos, sociais e culturais da sustentabilidade, como pilares de uma situação territorial mais homogénea, remetendo para o conceito de “ecodesenvolvimento” de Sachs:

[...] ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só os dados ecológicos, mas também os culturais, bem como as necessidades imediatas e de longo prazo. (Sachs, 2007: 64)

O despovoamento das regiões periféricas e o desinvestimento territorial destes espaços põem em causa o seu desenvolvimento sustentável nas dimensões económicas, sociais, culturais e ambientais e não garantem a equidade ao nível das condições e dos direitos. Reis (2009) salienta as condições mínimas para que um território ultrapasse a estagnação: densidade organizacional e demográfica; dimensões económicas e sociais; sistemas de inter-relações locais entre administração pública, ensino superior, indústria e sociedade civil; e aperfeiçoamento de culturas técnicas e institucionais locais. A dimensão espacial do desenvolvimento considera as questões da localização, proximidade e distribuição, seja na economia, emprego, administração e qualidade de vida, evitando o êxodo das populações. O envelhecimento da população, a reduzida fecundidade e a emigração persistente têm contribuído para o despovoamento das regiões periféricas e para um desinvestimento nestes espaços.

(...) É necessário apoiar o desenvolvimento das regiões e dos territórios desfavorecidos do interior com políticas que consigam atrair populações e investimento económico e travem o contínuo fluxo emigratório. [...] a fim de promover as bases de um desenvolvimento sustentável, o único que pode reduzir as pressões migratórias. (Ramos, 2012a: 93).

As políticas públicas devem constituir verdadeiros instrumentos de coesão social e territorial, lutando contra as desigualdades e a pobreza, nomeadamente em matéria de saúde, educação e trabalho, mobilizando os recursos das regiões e as suas especificidades.

3. Desenvolvimento, poder local e cidadania: papel da sociedade civil e do terceiro setor

O desenvolvimento social e local envolve uma grande diversidade de experiências de organização dos territórios, provenientes de esforços conjuntos da população, dos seus representantes, dos agentes públicos e privados, cujo objetivo principal é construir um projeto de desenvolvimento integrando componentes económicas, sociais e culturais. O poder local caracteriza-se pela cooperação entre o poder público, a iniciativa privada, as entidades sociais e o terceiro setor/economia social, no sentido de potenciar recursos humanos e materiais. O desenvolvimento local implica a participação e a articulação entre entidades públicas, sociedade civil, organizações privadas e IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social).

A economia social é uma componente do desenvolvimento sustentável que procura abranger o meio ambiente, a diversidade cultural, o desenvolvimento local, a governação, a eficiência, a inovação, a justiça social, a sustentabilidade e uma outra mundialização (Ramos, 2011, 2013). O conceito de economia social e solidária também se associa à ideia de “consumo consciente”, à defesa do meio ambiente e à produção de orgânicos (Bauman, 2011). A expansão de diferentes dinâmicas de desenvolvimento sustentáveis e solidárias, europeias e extraeuropeias, demonstra que existem outras formas de produção e de consumo (Santos, 2003; Revue Tiers Monde, 2007).

As organizações de economia social contribuem para o reforço da identidade local e para colmatar desigualdades sociais e económicas e, simultaneamente, fomentar o desenvolvimento endógeno de base local e territorial, aproveitando os recursos do espaço onde se inserem e as sinergias com outras atividades económicas. O crescimento sustentável assenta na melhoria das formas de repartição do rendimento e na geração de “economias de inclusão” para introduzir dinâmicas sustentáveis na vida coletiva. A economia social tem subjacente uma lógica localista e de proximidade, centrada nos atores, estando

associada à problemática do desenvolvimento local e territorial e a uma “economia de proximidade” (Pecqueur & Zimmermann, 2004). A economia solidária demonstra capacidade para colmatar deficiências no domínio dos serviços de bem-estar, tais como serviços socioculturais, denominados “serviços de proximidade”.

Já em 2001 a OCDE apontava alguns dos princípios das estratégias de desenvolvimento local:

- Processo global e integrado que concilie objetivos económicos, sociais e ambientais;
- Identificação dos atores e sua mobilização para promoção de projetos estruturantes;
- Inclusão de instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos e da sociedade civil organizada;
- Processo de desenvolvimento que ocorre “de baixo para cima”, através de iniciativas pensadas e geridas localmente;
- Coordenação e gestão das ações dos diferentes atores para uma intervenção eficaz.

O desenvolvimento acontece num território que integra redes de atores locais, governamentais e não governamentais, património natural, património construído, capital humano e social, capacidade de iniciativa (empreendedorismo), potencialidades e oportunidades. O desenvolvimento local, pensado como processo diversificado, permanente e dinâmico, implica articulação imprescindível e complementar entre Estado, mercado e sociedade civil/comunidade, estabelecimento de parcerias, visão integrada, criatividade e inovação, nomeadamente para a criação de emprego e integração social (Carrilho, 2008).

O poder local e o protagonismo dos municípios ganham um espaço fundamental na implementação de estratégias participativas de desenvolvimento local, numa base de decisão a partir das comunidades locais, estando dependentes da possibilidade dada aos atores locais de participar (Henriques, 1990). Há “necessidade da participação democrática no processo de desenvolvimento local” (Ramos, 2013: 332). No entanto, se o poder local deve estar comprometido com a participação, exige-se que a comunidade seja mais participativa, identifique as suas necessidades e se organize melhor. É, também, exigida uma reorganização das instituições, da sociedade civil e das forças promotoras do desenvolvimento de modo a criarem novas relações entre o Estado, o mercado e a sociedade. A participação não é apenas uma forma de tomar parte nas decisões, mas também de responsabilização pelas decisões tomadas. “As autarquias locais devem assumir um papel catalisador das forças sociais da comunidade, de forma a que as mesmas tenham uma participação activa” (Menezes, 2001: 45).

4. Impactos ambientais, responsabilidade social e educação

Há riscos que se expandem em todas as dimensões da vida humana, obrigando-nos a repensar a forma como agimos sobre o meio natural e também as relações sociais. A

preservação ambiental não está dissociada do modelo económico e da ética a que estamos submetidos, e o conceito de “responsabilidade social” surge muitas vezes como sendo equivalente ao de “desenvolvimento sustentável”. A responsabilidade social é uma alavanca para a sustentabilidade, “preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais” (Ramos, 2012b: 32).

O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social constituem prioridades na agenda das políticas públicas, tanto ao nível da União Europeia (UE) como dos Estados-membros. No Livro Verde *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, a Comissão Europeia (2001) define a responsabilidade social como “um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo [...]”. O Livro Verde analisa duas dimensões da responsabilidade social empresarial (RSE): a dimensão interna incide nos trabalhadores, investimento no capital humano, gestão dos recursos humanos, saúde e segurança no trabalho e incorpora a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais; a dimensão externa aborda as comunidades locais, parceiros comerciais, fornecedores, consumidores, autoridades públicas, ONG's, direitos humanos e preocupações ambientais globais.

A responsabilidade social é um elemento de progresso e inovação que combina as dimensões social, ambiental e económica numa estratégia integrada baseada no diálogo entre todas as partes interessadas. A Comissão Europeia (2010) encara a RSE como uma contribuição essencial positiva para os objetivos da *Estratégia Europeia 2020 – Estratégia europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*.

Neste contexto, é crescente o interesse pelas questões urbanas e problemas das cidades, espaços de concentração de recursos humanos e económicos, fundamentais para o crescimento económico e a competitividade. Face ao aumento da população nas cidades, é necessário repensar as infraestruturas em termos mais “verdes”, respondendo a graves problemas sociais e ambientais que caracterizam os meios urbanos, como o ruído e o consumo excessivo de recursos naturais, geradores de elevados níveis de poluição e resíduos (Patrício, 2012a,b,c).

O ruído e a poluição atmosférica constituem dois dos principais problemas ambientais que contribuem para a degradação da qualidade de vida da população e afetam o Homem nos planos físico, psíquico e social. Este problema assume particular importância nos meios urbanos, onde vive a maior parte da população portuguesa, europeia e mundial – 42% da população em Portugal reside nas cidades (INE, Censos 2011). Os transportes contribuem igualmente para a degradação da qualidade de vida nos centros urbanos, onde a poluição atmosférica e sonora afeta toda a população (Patrício, 2012a). O aumento dos

problemas ambientais associados à poluição do ar, da água e dos solos, ao ruído, à produção de resíduos e à utilização da energia reflete sobretudo o comportamento e a interação do Homem com o ambiente. A transição para transportes mais sustentáveis pode, assim, aumentar a eficiência energética e melhorar a qualidade do ar.

As políticas e os instrumentos usados pelos planeadores urbanos devem promover o emprego e as receitas, planos de mobilidade urbana, programas que atendam especialmente as populações carenciadas e aspetos ambientais, no que se refere às alterações climáticas (Puppim de Oliveira *et al.*, 2013). Insiste-se atualmente na importância dos espaços verdes urbanos para a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde das populações (Santana *et al.*, 2010). A melhoria dos ecossistemas e a redução dos impactos ambientais aumentam a eficiência das cidades e a qualidade de vida dos seus habitantes.

As questões da sustentabilidade exigem a formação de competências e qualificações técnicas e éticas para a construção de uma consciência da responsabilidade social das empresas, das organizações e dos cidadãos. A questão ambiental, preocupação central ao nível europeu e mundial, e a adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável suscitam a pertinência da consideração das relações entre educação, emprego, ambiente e responsabilidade social (Ramos, 2008, 2009, 2012b,c; Patrício, 2012b). A importância desta problemática é visível na consagração da década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: 2005-2014 (Comissão Nacional da UNESCO, 2006; Wals, 2009).

A educação ambiental deve promover simultaneamente a construção do conhecimento e o desenvolvimento de comportamentos e atitudes necessários à utilização racional dos transportes e de todas as infraestruturas, de modo a diminuir os efeitos nefastos para o Homem, para o ambiente e, conseqüentemente, para a economia (Patrício, 2012b; Ramos, 2012b,c). É necessário prosseguir os esforços ao nível educativo e da cidadania, nomeadamente nos domínios da consciencialização ambiental, da educação e da formação. Como afirma Soromenho Marques,

A médio e longo prazos, a chave central desse futuro sustentável da política de ambiente passa, sem nenhuma dúvida, pelo entendimento da Educação Ambiental como elemento decisivo da competência cívica do nosso tempo: nos dias que correm não se pode ser cidadão sem algumas competências ambientais mínimas. Trata-se de uma outra e nova forma de alfabetização (Soromenho Marques, 1998: 104)

É preciso assinalar a importância das atividades de natureza pedagógica na responsabilidade social das universidades e no seu plano pedagógico. Na universidade, forma-se simultaneamente o cidadão e o profissional que atuará na sociedade, empresas e

organizações, sendo necessário desenvolver os programas educacionais e as capacidades dos estudantes para serem futuros geradores de sustentabilidade nos negócios e na sociedade, trabalhando para uma economia global inclusiva e sustentável (United Nations Global Compact, 2008; Batista & Ramos, 2011; Araújo & Ramos, 2014).

A pluridisciplinaridade e a participação das diferentes áreas científicas são essenciais para melhorar a prevenção dos riscos ambientais e promover a sustentabilidade e o diálogo entre os diferentes saberes e práticas. A investigação do tema é multifacetada e multidimensional, proporcionando a inovação nas políticas, incluindo a educativa. A questão ambiental induz transformações para o desenvolvimento do conhecimento em diferentes disciplinas científicas, exigindo uma integração de conhecimentos e uma totalização do saber, de forma sistémica, holística e interdisciplinar (Leff, 2002).

5. Economia, crescimento e emprego verdes no desenvolvimento sustentável

Há que fomentar um crescimento sustentado, centrado no emprego e na qualidade do trabalho e do ambiente, que promova a coesão social, económica e territorial. As recentes definições de “emprego verde” ultrapassam a articulação entre políticas de emprego e políticas de ambiente e as fronteiras estritas da dimensão ambiental, integrando os diferentes pilares do desenvolvimento sustentável e aspetos de equidade social, eficiência e eficácia económicas, proteção e gestão do ambiente, boa governação e dinâmica institucional (ILO, 2012; OIT, 2013).

O desenvolvimento económico confronta-se com graves limites, pois não consegue fazer recuar a pobreza no mundo, nomeadamente nos países ricos, ameaçando esta perigosamente os equilíbrios dos ecossistemas. Portugal era, em 2010, o país da UE-27 com uma maior concentração do rendimento nos grupos do topo da distribuição, evidenciando a forte desigualdade existente. O desenvolvimento tornou-se, assim, insustentável do ponto de vista social e ecológico. Em junho de 2012, a Conferência Rio+20 centrou-se em dois tópicos principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Em 2009, a OCDE aprovou uma declaração reconhecendo o *crescimento verde* e dando início ao desenvolvimento de uma estratégia para o colocar em prática. Em 2010, fundou-se o Global Green Growth Institute (GGGI), elevado ao estatuto de organização internacional, em 2012, na Conferência Rio+20, com o objetivo de difundir o crescimento verde como um novo modelo de crescimento económico compatível com a redução da pobreza, criação de emprego, inclusão social, sustentabilidade, acesso a energia limpa e

água potável, prevenção dos efeitos das alterações climáticas e perda de biodiversidade. No relatório *Towards Green Growth* (2011), a OCDE define os indicadores de crescimento verde com base em quatro objetivos: estabelecer uma economia eficiente com baixos níveis de carbono; manter uma base de ativos naturais; aumentar a qualidade de vida; e aplicar políticas apropriadas, aproveitando as oportunidades do crescimento verde.

“A sustentabilidade deve ser entendida nas suas múltiplas vertentes, ambiental, económica e social, atingindo um desenvolvimento social e económico e preservando os recursos naturais e culturais” (Ramos, 2012b: 29). A noção de “sustentabilidade” entrou nas preocupações dos economistas que interligam Economia, Ecologia e Ambiente procurando analisar o impacto ambiental da atividade económica (Burgenmeier, 2005). São necessárias uma estratégia de desenvolvimento multidimensional que ligue indissolavelmente o económico, o social e o ambiental (Bartoli, 2003) e uma nova aliança entre os homens, o sistema económico e a natureza que respeite as exigências do ser vivo e assegure a sua reprodução (Passet, 1996). Os programas ambientais devem ser integrados em programas globais de melhoria das condições de vida e de trabalho. Os direitos humanos são fundamentos para um desenvolvimento duradouro, onde estão integrados os custos humanos do trabalho e os custos ecológicos. As técnicas de produção e de organização do trabalho não devem gerar custos ecológicos nocivos à saúde e segurança dos trabalhadores, devendo estes reivindicar medidas protetoras, mas respeitar igualmente as regras de segurança existentes (ILO, 2012; OIT, 2013).

O ecodesenvolvimento visa mudar os modos de produção e de consumo promovidos por um sistema capitalista e uma sociedade obcecada por estabelecer padrões de qualidade de vida, acreditando que é através do elevado nível de consumo que se caminha para uma sociedade moderna e evoluída, onde as necessidades são vistas como um hábito social e não algo indispensável à sobrevivência. Temos vindo a assistir a uma “revolução paradigmática” de mudanças de ideias e de comportamentos visando um desenvolvimento mais sustentável e uma nova consciência em prol da harmonização entre a natureza e o homem. Procura-se reinventar uma sociedade que reencontre o seu sentido de equilíbrio e os limites que nos são impostos, pois o crescimento é o problema e não a solução do desenvolvimento (Latouche, 2010). Este autor propõe a nova teoria económica do “decrecimento sereno”, baseado em oito erres: reavaliar, reconceitualizar, reestruturar, redistribuir, relocalizar, reduzir e reutilizar/reciclar (Latouche, 2012). O “decrecimento sereno” promove o decrecimento nas sociedades consumistas, evitando uma catástrofe ecológica e humana, pois os recursos do planeta são esgotáveis (Georgescu-Roegen, 1995). Este autor, pai da Bioeconomia, expôs as primeiras teses que originaram o conceito de “decrecimento”, um conceito não só económico, como também político e ideológico,

opondo-se aos paradigmas que defendem a melhoria da qualidade de vida apenas decorrendo do crescimento do PIB e, conseqüentemente, do consumo. A economia do decréscimo representa uma mudança de paradigma económico e uma revolução cultural necessária à construção de um novo modelo societal.

6. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo

O turismo sustentável, expressão usada com maior frequência a partir da década de 90, é definido pela Organização Mundial do Turismo – OMT (2003) como aquele que é ecologicamente sustentável no longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais, propiciando um desenvolvimento sustentável. A Organização Mundial de Turismo (2003) reconhece que as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destinos. Os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspetos ambientais, económicos e socioculturais do desenvolvimento turístico, exigindo um equilíbrio adequado entre estas dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. O debate sobre a sustentabilidade do turismo foi influenciado pela evolução do conceito de “desenvolvimento sustentável”, apontando a necessidade de considerar apropriadamente o bem-estar económico, ambiental, sociocultural e político de longo prazo (Ramos, 2012b,c).

Além de abrir oportunidades a novos investimentos, o turismo sustentável permite a criação de empregos verdes, aumento do PIB, maior preservação do ambiente e das biodiversidades, etc. O conceito de “turismo sustentável” integra a melhoria das condições de vida das comunidades locais e a preservação do meio ambiente. Para que o turismo possa beneficiar importantes setores da sociedade e seja sustentável, deve criar um equilíbrio nas áreas económicas, ambientais, sociais e culturais (Araújo & Ramos, 2014).

O objetivo do turismo sustentável fundamenta-se em critérios de sustentabilidade, ou seja, este deve procurar o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e culturais existentes, a viabilidade económica do turismo e a equidade social numa perspetiva ética e direcionada para as comunidades locais. Os esforços recentes do desenvolvimento e do turismo vêm reconhecendo os desafios atuais relacionados com as questões ambientais, sociais, económicas e ecológicas, visando também ações responsáveis na busca da sustentabilidade local. Portanto, o turismo ecológico exercido no município é um aliado na conservação e manutenção do ambiente. O ecoturismo tem sido visto como uma aposta para a melhoria da questão ambiental e como uma ferramenta de consciencialização ambiental das pessoas. Debate-se, atualmente, os impactos económicos, socioculturais,

ambientais e locais do *turismo sustentável* e atividades relacionadas, como a agricultura e a pesca (Ramos, N., 2012). Marujo e Carvalho (2010) afirmam que, sendo o turismo um dos mais importantes agentes da mudança, não pode evoluir sem um planeamento, indispensável ao desenvolvimento do turismo sustentável, e diferentes autores insistem na importância da gestão ambiental e sustentabilidade no turismo (Philippi & Ruschmann, 2010).

O desenvolvimento local acontece quando as pessoas envolvidas são beneficiadas nos seus territórios, pelo que a noção de “turismo sustentável” deve ter em conta um modelo de desenvolvimento económico que permita melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. Utilizar os instrumentos adequados para desenvolver o turismo numa localidade é estimular o turismo sustentável, capaz de minimizar os impactos, estabelecer a comunicação e movimentar a economia local.

Há que promover o turismo sustentável e o eco-negócio de diversas formas, respeitando a herança cultural, os recursos naturais, os modos de vida e o desenvolvimento económico e mantendo, ao mesmo tempo, a coesão social e a sua identidade. No turismo, a adaptação às mudanças climáticas modifica a forma de viajar das pessoas, podendo afetar o emprego neste sector. (Ramos, 2012b: 34)

Segundo a Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo,

Para encontrar um equilíbrio adequado entre o bem-estar dos turistas, as necessidades do ambiente e da cultura e o desenvolvimento e a competitividade dos destinos turísticos e das empresas, é necessário adoptar uma abordagem política integrada e global, no âmbito da qual todas as partes interessadas partilhem os mesmos objectivos. (Comissão das Comunidades Europeias, 2007: 4)

A Comissão Europeia sugere princípios para um turismo sustentável, entre os quais os de envolver todos os interessados e utilizar os melhores conhecimentos disponíveis.

7. Proposições e considerações finais

- É necessário um modelo de crescimento sustentável que crie emprego e tenha como objetivo o respeito pela qualidade de vida e do trabalho dos cidadãos e pelos direitos sociais básicos;

- É necessário um novo paradigma socioeconómico e uma economia multidimensional que reconheça a paridade entre os diferentes pilares do desenvolvimento sustentável, em

que os bem-estares social, económico, ambiental e cultural são inseparáveis, para construir uma sociedade ecológica e socialmente viável.

- É necessário promover uma consciência ambiental orientada para o desenvolvimento sustentável e centrada na cidadania e na reformulação dos valores éticos, individuais e coletivos. Se queremos uma educação para a sustentabilidade, recomendada em documentos oficiais, nacionais e internacionais, o ensino e a investigação deverão introduzir mais e melhor informação sobre a sustentabilidade, a cidadania e a responsabilidade social;

- É fundamental sensibilizar as empresas e os cidadãos para as exigências de um desenvolvimento sustentável e duradouro, repensar as políticas e as estratégias que contemplem as especificidades territoriais e aplicar as agendas europeias e nacionais que preconizam o modelo de sustentabilidade económica, social e ambiental. Há que reforçar a coerência das políticas públicas. Apesar de o discurso comum apelar ao desenvolvimento das regiões e das localidades do interior de Portugal, as medidas e políticas aplicadas nem sempre vão neste sentido;

- Há que (re)pensar as políticas públicas de desenvolvimento regional e local, de ordenamento do território, planeamento e definição das estratégias, com impacto no crescimento sustentado das comunidades e no reforço do tecido económico e social envolvente. É no domínio social e territorial que se encontram os maiores desafios onde se podem criar alternativas que garantam a equidade, a justiça e as relações entre o local e o global.

Referências Bibliográficas

Adams, W. M. (2008). *Green development: environment and sustainability in a developing world*. London: Routledge, 3ed.

Araújo, D. F. & Ramos, M. C. P. (2014). Desafios interculturais e educacionais para um turismo sustentável. *Revista Cenário*, V. 2, nº 3, 89-105.

Batista, M. S. S. & Ramos, M. C. P. (2011). Desafios da educação ambiental no ensino superior – das políticas às práticas no Brasil e em Portugal. In *Políticas Públicas e Gestão da Educação*. Cadernos ANPAE, vol. 11, 1-13, (www.anpae.org.br/simposio2011).

Bartoli, H. (2003). *Repensar o desenvolvimento: acabar com a pobreza*. Lisboa: Instituto Piaget.

Bauman, Z. (2011). *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Zahar.

- Burgenmeier, B. (2005). *Economia do desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Carrilho, T. (2008). Conceito de parceria: três projectos locais de promoção do emprego. *Análise Social*, nº 186, 81-107.
- Comissão Europeia (2001). *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Livro Verde. Bruxelas (COM-2001-366).
- Comissão das Comunidades Europeias (2007). *Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo*. Comunicação da Comissão (Bruxelas, 19.10.2007), COM (2007) 621 final.
- Comissão Europeia (2008). *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia: tirar partido da diversidade territorial*. Bruxelas, COM (2008) 616 final. (http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/index_pt.htm)
- Comissão Europeia (2010). *Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas, COM (2010) 2020 final.
- Comissão Europeia (2011). *Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014*. COM (2011) 681 final.
- Comissão Nacional da UNESCO - Portugal (2006). *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) - Contributos para a sua dinamização em Portugal*. Lisboa. www.unesco.pt/pdfs/docs/LivroDEDS.doc
- Daly, H. E. & Farley, J. (2004). *Ecological economics: principles and applications*. Washington, D. C.: Island Press.
- Demoustier, D. (Org.) (2004). *Economie sociale et développement local*, Paris: L'Harmattan.
- Dias, R. (2011). *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- Forman, R. T. T. (1995). *Land mosaics, the ecology of handscapes and regions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment – uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras: Celta Editora.
- Georgescu-Roegen N. (1995). *La décroissance: entropie-écologie-économie*, 1979, 2^o ed. fr. Paris: Sang de la terre.
- Grefe, X. (2002). *Le développement local*, Paris: Ed. de L'Aube - DATAR.
- Grefe, X. (2007). The role of the social economy in local development. In A. Noya & E. Clarence (eds.) *The social economy. Building inclusive communities* (pp. 91-117). Paris: OECD.

- Harribey, J. M. (1998). *Le developpement soutenable*, Paris: Economica.
- Henriques, J. (1990). *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos possíveis*. Lisboa: Escher.
- ILO (2012). *Working towards sustainable development: opportunities for decent work and social inclusion in a green economy*. Geneva: ILO.
- Latouche, S. (2010). Degrowth. *Journal of Cleaner Production*, Vol. 18, Issue 6, April, 519-522.
- Latouche, S. (2012). *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Edições 70.
- Leff, E. (2001). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes.
- Leff, E. (2002). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.
- Lopes, A. S. (1999). Emprego e Desenvolvimento Regional - um ponto de situação da problemática do desenvolvimento. In *Regiões e cidades na União Europeia. Que futuro?* (pp. 53-57). Atas do VI Encontro Nacional da APDR, vol. 2, Coimbra: APDR.
- Lopes, A. S. (2002). O espaço económico, A representação do espaço económico. In J. S. Costa (Coord.). *Compendio de Economia Regional* (pp.42-47). Coimbra: APDR.
- Lopes, R. (2001). *Competitividade, inovação e território*. Oeiras: Celta Editora.
- Martínez-Alier, J. (2007). *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorização*. São Paulo: Contexto.
- Marujo, M. N. & Carvalho, P. (2010). Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Sustentável. *Turismo & Sociedade*, 3, n. 2, 147-161.
- Menezes, M (2001). *As práticas de cidadania no poder local comprometido com a comunidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Monteiro, A. A. (2004). As Iniciativas de Desenvolvimento Local e a Diversidade das suas Orientações. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 8, 53-63.
- Mota, I. et al. (2005). *Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável 2005/2015*. Lisboa: Pandora.
- Mozzicafreddo, J. (1993). Estratégias políticas de Desenvolvimento Local. In M. S. Costa & J. P. Neves (Orgs.). *Autarquias Locais e Desenvolvimento* (pp. 77-102). Porto: Afrontamento.
- Nóvoa, A. et al. (1992). *Formação para o desenvolvimento. Uma experiência participada de formação de agentes de desenvolvimento*. Lisboa: Fim de Século.
- OECD (2001). *Local partnerships for better governance*. Paris: OECD.

- OCDE (2007). *La cohérence des politiques au service du développement*. Paris: OCDE.
- OECD (2011). *Towards Green Growth*. OECD Publishing.
- OIT (2013). *Desenvolvimento sustentável, trabalho digno e empregos verdes*. Genebra: OIT.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman.
- Passet, R. (1996). *L'économique et le vivant*. Paris: Economica, 2ª ed.
- Patrício, O. (2012a). Meio Ambiente, Transportes e Poluição. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, nº 8, jan-jun, 42-56, UFS.
- Patrício, O. (2012b). Educação Ambiental: a questão da poluição acústica. In N. Ramos et al. (Org.). *Família, Educação e Desenvolvimento no Século XXI. Olhares interdisciplinares* (pp. 145-152). Portalegre, IPP, E-Book.
- Patrício, O. (2012c). Ruído e meio ambiente. In J. F. Serafim & S. R. Lima Santana (Orgs.) *Representações do Meio Ambiente - Clima, Cultura, Cinema* (pp. 61-86). Salvador: EDUFBA.
- Pecqueur, B. & Zimmermann, J. B. (Eds.) (2004). *Économie de proximité*. Paris: Hermès-Lavoisier.
- Philippi JR, A. & Ruschmann, D. V. M. (Ed.). (2010). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri, SP: Manole.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2011). *Sustentabilidade e equidade. Um futuro melhor para todos. Relatório do Desenvolvimento Humano 2011*. New York: PNUD.
- Puppim de Oliveira, J. et al. (2013). Green economy and governance in cities: assessing good governance in key urban economic processes. *Journal of Cleaner Production*, 58, 138-152.
- Ramos, M. C. P. (2008). Training, employment and new competences for a sustainable development. *Review of International Comparative Management*, nº 9, vol. 2, 15-32.
- Ramos, M. C. P. (2011). Economia solidária, inovação social, empreendedorismo e desenvolvimento local. In L. Alcoforado et al. *Educação e formação de adultos – Políticas, práticas e investigação* (pp. 255-275). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ramos, M. C. P. (2012a). Migrações, desenvolvimento, dinâmicas locais e regionais. In H. Pina, H. Marques, M. C. Ramos & P. Remoaldo (Orgs.) *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Políticas de Ordenamento e Recomposições Territoriais nas Periferias Europeias* (pp. 63-102). Porto: FLUP. <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1422&sum=sim>

Ramos, M. C. P. (2012b). Ambiente, Educação e Interculturalidade. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, nº 8, Janeiro/Junho, 27-39
https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=136&idTipo=1

Ramos, M. C. P. (2012c). Educação ambiental, empregos verdes e sustentabilidade. In J. F. Serafim & S. R. Lima Santana (Orgs.) *Representações do Meio Ambiente - Clima, Cultura, Cinema* (pp. 15-36). Salvador: EDUFBA.

Ramos, M. C. P. (2013). Solidariedade, inovação social e empreendedorismo no desenvolvimento local. In H. Pina, F. Martins & C. Ferreira (Orgs.) *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Estratégias de (Re)ordenamento Territorial num Quadro de Inovação, Sustentabilidade e Mudança* (pp. 313-342). Porto: FLUP.
<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1433&sum=sim>

Ramos, N. (2012). Espaços e tempo (s) das culturas do mar: perspectivas e desafios sociais, interculturais e de saúde. In J. F. Serafim & S. R. Lima Santana (Orgs.) *Representações do Meio Ambiente - Clima, Cultura, Cinema* (pp. 87-107). Salvador: EDUFBA.

Reis, J. (1988). Território e Sistemas Produtivos Locais: Uma Reflexão sobre Economias Locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, 127-141.

Reis, J. (2009). As relações inter-regionais em Portugal e o “efeito-capitalidade”. *Finisterra*, XLIV, 88, 25-36.

Revue Tiers Monde (2007). *Economie solidaire : des initiatives locales à l'action publique*, 190, Paris: Armand Colin.

Ribeiro, J. Cadima (2007). Vectores estratégicos do desenvolvimento de uma região. *Rede 2020*, vol. 3, nº 25, Março/Abril.

Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.

Sachs, I. (2007). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez.

Santana, P. et al. (2010). O papel dos Espaços Verdes Urbanos no bem-estar e saúde das populações. *Revista de Estudos Demográficos*. Nº48, nov., 5-33.

Santos, B. S. (Org.) (2003). *Produzir para viver : os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento.

Santos, D. (2002). A perspectiva territorialista. In J. S. Costa (Coord.). *Compendio de Economia Regional* (pp. 218-234). Coimbra: APDR.

Soromenho-Marques, V. (1998). *O Futuro Frágil. Os desafios da crise global do ambiente*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

UNIÃO EUROPEIA (2010). *Quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (2003). *Tourism and local agenda 21: the role of authorities in sustainable tourism*. Paris: UNEP.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT (2008). *Principles for responsible management education PRME – A global initiative, a global agenda*. United Nations Global Compact Office.

Veiga, J. E. (2005). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

Wals, A. (2009). United Nations Decade of Education for Sustainable Development (DESD, 2005-2014) Review of Contexts and Structures for Education for Sustainable Development - Learning for a sustainable world 2009, Paris: UNESCO.

WCED (1987). *Our common future: towards sustainable development*. World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press (Brundtland Report).

Weaver, D (2006). *Sustainable Tourism: Theory and Practice*, Elsevier Butterworth-Heinemann, Oxford.

Zurindeau, B. (Ed.) (2010). *Développement durable et territoire*. Presses Universitaires du Septentrion.